

China Town: o “grande salto para o oriente” e seus desdobramentos ambientais

Paula Nabuco**
Eduardo Sá Barreto*

**Sessões Ordinárias 3:
Economia Política, Capitalismo e Socialismo
3.2 Capitalismo Contemporâneo**

Resumo:

Desde as duas últimas décadas do século XX, a China tem implementado o projeto de reforma e abertura, com o objetivo de ampliar a capacidade econômica do país e construir uma China desenvolvida “cientificamente”, como costumam dizer seus líderes. Desde então, a China tem experimentado um crescimento econômico expressivo, com grandes mudanças em suas relações sociais de produção e na interação entre as áreas urbanas e rurais do país. A busca dos chineses por uma completa modernização mudou sua face e iniciou o maior processo de migração interna do mundo, criando grandes cidades que continuam recebendo dezenas de milhões de chineses a cada ano. Isso gerou uma rápida e profunda degradação ambiental no país, resultado da necessidade de manter o processo de modernização, bem como um dos seus principais requisitos: a urbanização da costa oriental chinesa. Esse artigo analisa a transformação engendrada pela urbanização e as iniciativas governamentais que estão desenhando essa nova realidade na China.

Palavras-chave: China, modernização, urbanização.

Abstract:

Since the last three decades of the twentieth century, China has been carrying out a reform and opening up project, with the goal of improving the country's economic strength and building developed China in a “scientific way”, as their leaders used to say. Since then, China has experienced an impressive economic growth, with huge changes in its production relations and the interaction between urban areas and the countryside. The Chinese search for complete modernization has changed its face and started the biggest internal migration process in the world, creating large cities that keep receiving dozens of millions of workers every year. In the process China has experienced a quick and deep environmental degradation, consequence of the need to keep the modernization process going as well as one of its main requirements: the urbanization of its eastern coast. This paper analyses the transformations unfolded by urbanization and the governmental initiatives that are leading China into this new reality.

Key-words: China, modernization, urbanization.

** Mestre e Doutoranda em Economia pela UFF.

* Mestre e Doutorando em Economia pela UFF.

I – Introdução

Quando a República Popular da China foi fundada, em 1949, o país estava devastado pela guerra civil e pela luta entre comunistas, o Guomintang¹ e japoneses, a maior parte da população chinesa vivia no campo e a reforma agrária era uma das principais bandeiras dos revolucionários chineses. No final da primeira década sob a direção dos comunistas, a China tinha realizado grandes esforços de reconstrução e, em 1958, Mao Zedong² conclamou o país a promover a rápida industrialização sob o lema de “ultrapassar a Inglaterra em três anos e os Estados Unidos em quinze”. Foram criados os chamados fornos de fundo de quintal e até utensílios de cozinha foram levados para as pequenas fundições chinesas; era o *Grande Salto Adiante*, que buscava transformar rapidamente as relações de produção e gerar desenvolvimento e industrialização acelerados no país através da mobilização das massas e do comprometimento político. O Grande Salto fracassou, a produtividade do campo despencou, a salinização do solo causada pelo uso de técnicas que os camponeses desconheciam se tornou um problema endêmico e a “transferência” das indústrias para o campo se mostrou desastrosa, assim como as pequenas fundições criadas. O país mergulhou em uma severa crise. Vinte anos depois, a China iniciou seu novo “Grande Salto”, dessa vez rumo ao oriente, com a industrialização e a modernização como objetivos.

Em 1978, a República Popular da China adotou como estratégia uma política de modernização baseada no socialismo de mercado sob a direção do Estado. As reformas promovidas a partir de então tiveram como norte a “Estratégia de Desenvolvimento em Três Passos”. O primeiro seria dobrar, tendo como referência o ano de 1980, o produto interno bruto (PIB) e assegurar que toda a população tivesse condições de se alimentar e vestir. De acordo com o governo chinês esta meta foi cumprida no final da década dos 80 do século passado. O segundo passo seria quadruplicar o PIB no final do século XX, objetivo alcançado em 1995. O terceiro passo seria obter o PIB per capita de um país de desenvolvimento médio em meados do século 21. Uma vez cumpridas todas estas metas, o processo de modernização chinês estaria concluído (Jiang, 2002).

Um projeto de urbanização de enormes proporções e velocidade conscientemente conduzido pelo Estado é uma das principais forças em atuação no processo mais amplo de

¹ No ocidente conhecido como Kuomintang, usaremos sempre a grafia segundo as normas para romanização do chinês estabelecidas em 1979, o Pin Yin. E indicaremos a grafia mais usada no ocidente.

² Mao Tsé-tung.

modernização na China. A partir de uma perspectiva ambiental, a urbanização chinesa levanta uma série de questões e desafios, particularmente por se tratar de um processo baseado em aglomerações urbanas de grande porte, no estímulo ao consumo e na emulação do estilo de vida ocidental, pródigo na utilização de recursos naturais. A China enfrenta hoje sérios problemas de poluição atmosférica, degradação de terras férteis, contaminação de recursos hídricos, precipitações de chuva ácida etc., todos de alguma forma relacionados à dimensão urbana – ainda em constante expansão e transformação.

O artigo está estruturado da seguinte forma. A segunda seção apresenta uma breve descrição das transformações demográficas – cuja característica marcante é a urbanização maciça da população – ocorridas na China nos últimos trinta e dois anos. Na terceira seção buscamos oferecer uma perspectiva mais ampla dos impactos ambientais da urbanização, capaz de estabelecer a conexão entre os problemas ambientais urbanos e rurais. Analisando o caso chinês sob este enfoque, é possível colocar o processo de urbanização não somente no centro do projeto de modernização, mas também no cerne do cenário de degradação ambiental – *tanto na cidade quanto no campo*. Na quarta seção, procuramos traçar em linhas gerais as tendências, próprias da presente formação socioeconômica, que poderiam explicar a adoção deste modelo de urbanização, recorrentemente apontado como ambientalmente insustentável.

2 – Aspectos demográficos

Em dezembro de 2009 o vice primeiro ministro chinês Li Keqiang, em discurso na província de Guangdong, defendeu a urbanização chinesa como mecanismo para enfrentar a crise financeira, ampliar o consumo doméstico e reestruturar a economia do país³. Desde o início do processo de reforma e abertura, em 1978, o planejamento chinês prioriza a urbanização, ainda que os instrumentos e práticas de estímulo adotados tenham mudado muito ao longo dos últimos 30 anos.

Nos primeiros anos da abertura, ainda na década dos 80 do século passado, a migração na China ainda era rigorosamente controlada pelo Estado e as ilhas de capitalismo chinesas, como eram chamadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), funcionavam como um pólo de atração da força de trabalho migrante do país, em função das condições especiais para atrair

³ Agência de Notícias Xinhua, agência de notícias oficial do governo chinês, 17 de dezembro de 2009, www.xinhuanet.com.

os investimentos externos diretos buscados pelos dirigentes chineses. As ZEE, no início quatro cidades no extremo sul do país, contavam com regulações especiais para uso da terra (concessão), isenções fiscais, facilidades para remessas de lucros ao exterior (ainda que a falta de divisas funcionasse como um obstáculo) e relações de trabalho específicas que permitiam aos empregadores demitir os trabalhadores e adotar grandes jornadas de trabalho.

O controle migratório chinês funcionava, e ainda funciona, segundo um sistema de registro chamado *hukou*⁴. Este registro dá ao trabalhador acesso aos serviços de assistência social da localidade e era condição também para obtenção de trabalho e fixação de residência até 1995, ano em que o governo chinês “relaxou” as normas para migração interna. Os trabalhadores passaram a poder se mover “livremente” em busca de emprego, o que criou um fluxo das províncias centrais, mais pobres, para aquelas no extremo oriente e sul do país. A partir de então os trabalhadores passaram a poder se mudar para as províncias mais prósperas e o fluxo migratório se intensificou rapidamente. Os migrantes que tinham *hukou* de outra província poderiam trabalhar no leste, mas não contariam com nenhum dos direitos dos residentes permanentes das províncias para onde se dirigiam. Muitos autores se referem a eles como trabalhadores de segunda classe, devido ao tratamento diferenciado que recebem das instituições públicas e ao acesso vedado aos serviços básicos de assistência fornecidos pelo governo chinês. No entanto, eles são uma das forças motrizes do crescimento da China, alimentando a crescente demanda por trabalho das indústrias e serviços no sul e oriente do país. Uma parcela desses trabalhadores com renda mais elevada paga pelos serviços públicos nas cidades, mas a maioria ainda é marginalizada, muitos deles deixando seus filhos para trás, na província de origem, sob cuidados dos avós e familiares por não terem como sustentar seus filhos nas grandes cidades chinesas, o que tem gerado uma nova modalidade de distorção social na China⁵.

Entre 1996 e 2008 a China “urbanizou” no extremo oriente do país cerca de 255 milhões de pessoas⁶ (China Statistical Yearbook, 2009), mas em função do sistema de *hukou* estima-se que 130 milhões desses chineses sejam parte de um fluxo de migração “flutuante” com permanência nas cidades de alguns poucos anos (algo entre três e seis anos). Os dados

⁴ Literalmente, porta de entrada, registro de residência permanente que todos os cidadãos chineses possuem e que os vincula à região onde nasceram.

⁵ Sobre isso ver CLB, *Paying the price of economic development, the children of migrant workers in China*, Hong Kong, 2009.

⁶ Em 1995 a população urbana da China era de 351.740.000 pessoas e em 2008 chegou a 606.670.000 (China Statistical Yearbook 2009).

são divergentes a respeito do tamanho dessa massa de trabalhadores flutuantes, mas pode-se afirmar que a taxa de reposição assegura que o volume total seja mais ou menos constante ainda que haja significativa rotatividade entre os trabalhadores. Mais ainda, o fluxo no sentido sudeste do país é muito mais intenso que aquele de retorno às províncias centrais, terra natal de cerca de 80% dos trabalhadores que migram para o oriente (Chang, 2009; Harvey, 2009; Fulin, 2009; CLB, 2007). Em 2008, a China contava com 25 cidades ou municipalidades com mais de 4 milhões de habitantes. Destas, sete cidades ou municipalidades têm pelo menos nove milhões de habitantes: Chongqing (25 milhões), Shanghai (18 milhões), Beijing (17 milhões), Shenzhen (12 milhões), Harbin (9,9 milhões), Shijiazhuang (9,6 milhões) e Tianjin (9,6 milhões). Há ainda outras dez cidades com população entre 2 e 4 milhões de habitantes (Atlas of China, 2008 e China Statistical Yearbook, 2009)⁷. Praticamente todas essas grandes cidades ficam no oriente do país.

Esse fluxo migratório intenso e veloz foi estimulado pelo governo como forma de garantir o fornecimento de força de trabalho necessária para manter as expressivas taxas de crescimento chinês, como mecanismo de elevação de renda e consumo e, finalmente, como um instrumento para a modernização chinesa. Hoje os recursos enviados pelos trabalhadores migrantes para o campo são parte significativa (e em muitos casos majoritária) da renda de suas famílias no campo. Atualmente, a renda dos habitantes rurais que trabalham fora de sua terra natal representa 40% de sua renda disponível per capita e os rendimentos obtidos com a venda de produtos agrícolas representam 49%. A urbanização dos trabalhadores migrantes também cumpre um importante papel de transferência de renda para o campo.

Além da ampliação das cidades, em especial no oriente do país, o governo também estabeleceu parcerias com a iniciativa privada para investimentos realizados no campo. Estes investimentos dirigiram-se para empresas de processamento montadas no campo, as *Town and Village Enterprises* (TVE), voltadas à exportação, responsáveis pela fixação no campo de significativos contingentes de trabalhadores e substitutas das cooperativas, até então responsáveis pela maioria dos postos de trabalho. Mas, de todo modo, a maioria dos jovens trabalhadores rurais se sentia (e se sente) impelida a migrar, tanto por conta do número de postos de trabalho que se extinguiram no campo – devido ao fechamento de inúmeras cooperativas e à ampliação da mecanização e da aplicação de técnicas agrícolas que aumentam a produtividade, expulsando trabalhadores das lavouras – quanto pela imensa

⁷ O nome das cidades está grafado em Pin Yin.

diferença de remuneração. Em 1978, a diferença entre a renda per capita da cidade e do campo era de 1,8 vezes. Hoje, a diferença é de 3,33 vezes⁸ e continua se ampliando. Segundo Ma Jiatang, diretor do Departamento Nacional de Estatísticas, a renda per capita dos habitantes urbanos em 2009 ficou em 17.175 yuans (US\$ 2.514,6). Já a renda dos residentes rurais foi de 5.513 yuans (US\$ 754,5).

A participação das TVE no produto interno bruto da China passou de 13% em 1985 para 31% em 1994, com uma participação de cerca de um terço no total do crescimento industrial do país. Entre 1980-1996 as TVE geraram cerca de 130 milhões de postos de trabalho e se tornaram grandes receptoras dos investimentos externos diretos na China. Foram constituídas TVE de cooperativas de trabalhadores associadas a investidores estrangeiros e entre estes e o governo (tanto os provinciais quanto o central, ainda que fosse mais comum a atuação dos governos provinciais). Posteriormente, estas empresas também viveram um intenso processo de privatização (marcadamente na década de 90 do século XX, ainda que ele já estivesse em curso na década anterior).

As Zonas Econômicas Especiais (ZEE) – a janela da China para mundo, nas palavras de Deng Xiaoping – foram estabelecidas nas cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, as três primeiras na província de Guangdong (sudeste do país) e a última na província de Fujian. Foram escolhidas em função de suas características econômicas, de infra-estrutura e geográficas. Os investimentos nas ZEE eram feitos por empresas mistas de investimento estrangeiro ou empresas totalmente estrangeiras. Em 1984, outras 14 cidades foram abertas ao exterior, todas no litoral chinês: Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhajiang e Beihai. Estas cidades formam uma faixa econômica aberta no oriente do país e todas se tornaram grandes receptoras de trabalhadores migrantes. Em 1985, foi autorizada a implantação de *holdings* nas ZEE. Neste mesmo ano foram abertos os deltas de Changjiang e de Zhujiang, na região sul de Fujian; as penínsulas de Shadong e Liaoning; a província de Hebei; e a Região Autônoma Zhuang de Guangxi. Em 1988 foi criada a quinta Zona Econômica Especial, a maior em território, na ilha de Hainan, que também foi elevada à condição de província. Segundo Jiang (2002: 278):

⁸ Fonte: Agência de Notícias Xinhua, 22 de janeiro de 2010.

As Zonas Econômicas Especiais desempenham um importante papel de teste no processo histórico de transferência da economia planificada do passado para a economia de mercado socialista, um importante papel de janela e base do processo histórico de abertura ao exterior, um importante papel de demonstração, radiação e fomento no processo histórico do desenvolvimento comum em todas as regiões do país (...).

Em 1992, o governo chinês decidiu abrir um grupo de cidades nas fronteiras e todas as capitais de províncias e regiões autônomas do interior. Em algumas cidades grandes e médias foram criadas 15 zonas livres de direito aduaneiro, 32 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico – administradas pelo governo central – e 53 zonas de desenvolvimento industrial de alta e nova tecnologia. A criação das Zonas Econômicas Especiais serviu para acumular experiências, em diversos aspectos, na transição chinesa para o socialismo de mercado e para a construção das novas e grandes cidades chinesas. Seus mecanismos de funcionamento foram largamente difundidos em toda a China continental, em maior ou menor grau. Na época da criação das ZEE, Shenzhen, a maior delas, contava com pouco mais de 200.000 habitantes. Hoje a cidade tem mais de 12 milhões de habitantes e continua sendo um dos principais receptores dos investimentos diretos externos e migrantes do país.

Este vasto e profundo processo de urbanização, basicamente localizado na região costeira a leste do país, possui desdobramentos significativos em termos ambientais. A próxima seção visa inserir a questão urbana em uma perspectiva mais global, que supere o foco que se prende aos limites geográficos e políticos da cidade, assim como avaliar os impactos específicos do caso chinês.

3 – Aspectos ecológicos

3.1 – Antagonismo entre cidade e campo e o metabolismo entre sociedade e natureza

De modo a melhor compreender a relação que se estabelece entre o acelerado processo de urbanização chinês e a degradação das condições ambientais no campo – e, claro, nas cidades – precisamos recorrer à noção de metabolismo (Marx, 1994; Marx, 1973; Foster; 2005) entre sociedade e natureza. Tal metabolismo diz respeito ao fluxo de matéria resultante da atividade humana e às repostas do meio natural a ela, i.e., em linhas gerais, à extração e transformação de recursos, à produção e descarte de resíduos e às transformações consequentes no meio ambiente. Podemos imediatamente afirmar que este fluxo só será

sustentável se suas condições de reprodução forem continuamente repostas, ou seja, se o meio no qual transcorre a atividade não for degradado.

Para a agricultura, por exemplo, a reposição dos nutrientes retirados do solo é imprescindível para a manutenção da fertilidade. Caso a reposição seja insuficiente, o resultado será o empobrecimento do solo e a consequente perda de fertilidade. Como as cidades e o vultoso processo de urbanização ainda em andamento se inserem nesta questão? As cidades, por excelência, concentram maior volume e variedade de atividades econômicas, com as oportunidades de trabalho e lazer subsequentes, melhor e mais ampla infraestrutura, serviços de saúde, educação etc. Porém, um aspecto crucial de toda essa ampla gama de atividades é que quase a totalidade delas é não-agrícola, o que significa dizer que a demanda urbana por produtos agrícolas precisa ser atendida por uma produção externa aos seus próprios limites. Isso cria uma divisão entre cidade e campo que dificulta o retorno dos nutrientes e outras substâncias ao seu local de origem, já que uma parcela cada vez maior da população se concentra em centros urbanos e se dedica a atividades não-agrícolas e que, portanto, a escala em que produtos agrícolas são despachados do campo para a cidade tende a acompanhar o ritmo de urbanização da população.

O movimento unilateral de nutrientes, elementos químicos e outras substâncias incorporadas nos produtos agrícolas, em direção à cidade possui dois efeitos principais. Em primeiro lugar, acarreta no empobrecimento do solo e na já mencionada perda de fertilidade, em razão da quebra do ciclo nutriente do solo. As dificuldades de reposição dos nutrientes extraídos na produção se devem ao fato de que, com o crescimento das cidades, a maior parte do consumo de produtos agrícolas passa a ocorrer em localidades distantes dos centros produtores. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991) sublinha, de maneira ainda mais ampla, que as grandes cidades normalmente obtêm seus recursos naturais e fontes de energia de localidades rurais distantes.

Em segundo lugar, a não-reciclagem do esterco animal e dejetos humanos, resulta na concentração dessas fontes naturais de fertilidade nos centros urbanos, sob a forma de esgoto humano e animal que, se reciclado, seria capaz de repor em boa medida as condições de fertilidade do solo. Um sistema urbano-agrícola racional exigiria a reciclagem orgânica dos nutrientes contidos no esgoto e seu retorno ao local de origem, o que, como já sublinhamos, é dificultado pela crescente distância geográfica que se interpõe entre cidade e campo à medida que crescem as cidades e, portanto, sua demanda por produtos agrícolas.

Ainda haveria a possibilidade de utilização de outros fertilizantes, como o guano ou fertilizantes sintéticos. No entanto, a própria necessidade de utilização destes fertilizantes já evidencia que uma agricultura de tal natureza não é autossustentável. Mas há um problema maior. Segundo Marx (1994: 578):

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. [...] Mas, ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. [...] E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradoras dessa fertilidade. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador.

Como bem aponta Marx, o movimento unilateral dos nutrientes exige a “restauração sistemática” dos níveis anteriores de fertilidade por meio de fertilizantes externos ao ciclo, naturais ou sintéticos. Quando aumenta a capacidade de restauração da fertilidade do solo – seja pelo desenvolvimento de um novo fertilizante sintético, seja pela descoberta de algum fertilizante natural mais eficiente, caso que nos dias de hoje é mais raro – cria-se a possibilidade de expansão da produção em um dado espaço ou mesmo de utilização de técnicas agrícolas menos racionais (sendo a monocultura, sem rotação de plantio o exemplo mais conhecido). Tanto em um caso quanto no outro, a capacidade aumentada de restauração faculta uma redução nos custos de produção – no caso, os custos da contínua reposição dos nutrientes ao solo – e, portanto, uma oportunidade de lucro extraordinário. No entanto, isso exige uma expansão no “roubo” desses mesmos nutrientes, gerando no momento seguinte uma ampliação das necessidades de reposição. Inserido nessa dinâmica, o desenvolvimento da técnica se converte em uma força destrutiva, que resulta não na agricultura racional a um custo menor, mas na expansão das possibilidades de exploração do solo. O progresso técnico, neste caso, oferece uma solução imediata quanto às condições do próximo processo produtivo, mas recoloca o problema em escala ampliada para o futuro. Além disso, ao permitir a expansão momentânea da produtividade do solo, faculta a concentração de

contingentes cada vez maiores da população em centros urbanos, envolvidos em atividades não-agrícolas.

Nas subseções seguintes veremos como este antagonismo entre cidade e campo se manifesta no caso do processo de urbanização chinês.

3.2 – Urbanização e insustentabilidade: o caso chinês

3.2.1 – Novos padrões de consumo

Um dos principais objetivos das reformas iniciadas em 1978 era a elevação dos níveis de renda e consumo *per capita*, dos padrões de vida da população. Segundo Wu (2007: 5), “muitos projetos ambiciosos de desenvolvimento, inclusive a construção de cidades globais, foram iniciados a partir de considerações estratégicas do Estado. (...) Por isso, o governo central tem fornecido grande suporte, tanto institucional quanto financeiro (...), à cidade”. Este processo de aglomeração urbana atende ao objetivo de rápido crescimento econômico e inserção da China na economia mundial, possibilitando o aumento da eficiência econômica pelo aproveitamento de economias de escala e escopo (Batisse *et al.*, 2006).

No entanto, assim como as firmas competem entre si para fazer crescer seu capital, as cidades também competem entre si para serem centros de crescimento econômico locais, regionais, nacionais e até mesmo globais. Para isso precisam atrair a atividade econômica para o seu interior e, talvez por este motivo, é na cidade que se desenvolvem padrões de consumo mais complexos e dispendiosos e é na cidade que normalmente se exerce maior pressão sobre recursos e ecossistemas. Os dirigentes das cidades ascendem na estrutura hierárquica do Estado e do Partido segundo as taxas de crescimento das cidades, sua capacidade de atração de investimentos e elevação da renda. A disputa interna é muito acirrada e por isso muitas vezes os governos provinciais são negligentes com danos ambientais, direitos e condições de vida dos trabalhadores e chegando até a estimular a execução de obras sem função.

Em razão disso, tem se observado nas principais cidades chinesas uma transformação dos hábitos de consumo no sentido da adoção dos padrões observados nas grandes economias do ocidente. Segundo Yin e Wang (2000), esta nova ambição por um estilo de vida tipicamente ocidental parte não somente da população em geral, mas também de autoridades,

inclusive as envolvidas com planejamento urbano. Os autores afirmam que uma parcela cada vez maior da população está consumindo

mais carne, ovos, leite, manteiga e sorvete. Uma grande parcela das residências urbanas agora tem máquinas de lavar, geladeiras, ar condicionado e outros produtos duráveis. Cada vez mais pessoas podem comprar carros particulares e viajar de avião. [Um] número crescente de pessoas na China está agora se inserindo no estilo ocidental de consumidor (Ibid.: 161)

De acordo com publicação do Instituto de Reforma e Desenvolvimento da China, um dos órgãos responsáveis pelo planejamento do país, desde o final da década dos 90 do século passado há uma política de Estado que busca alterar o modelo de desenvolvimento chinês. O projeto é abandonar o modelo de crescimento dirigido pelo investimento, que segundo o instituto é típico de sociedades de subsistência, que ainda têm uma estrutura de demanda fortemente atrelada à subsistência e no qual a agricultura é o setor da economia que responde pela maior parcela do produto. O objetivo é um modelo dirigido pelo consumo, que seria característico das economias mais desenvolvidas, com uma estrutura de demanda diversificada, com as necessidades básicas da população atendidas e com a agricultura respondendo por uma parcela relativamente pequena do produto nacional, com preponderância dos setores secundário e terciário. Além disso, nessa nova etapa a estratificação de classe seria mais ampla, com forte expansão dos mercados e aprofundamento da divisão do trabalho (Fulin 2009).

Segundo Fulin (2000; 2009), um dos diretores do instituto, o governo chinês tem buscado realizar essa transição nos últimos dez anos, mas a dependência de investimentos do país ainda é muito intensa. Em 2007 a taxa de investimento da China era de cerca de 41%. A crise de 2007, de acordo com o instituto, intensificou a dependência chinesa dos investimentos e do comércio exterior e a ampliação do contingente de população urbana tem sido vista pelos dirigentes chineses como um mecanismo importante para ampliação do consumo no país, gerando um aumento do estímulo à migração. Dentre essas políticas recentes, a mais importante é a emenda legislativa que concederia direitos aos migrantes que não possuem *hukou* urbano, que está em discussão desde o início de 2010. Apesar de uma reforma mais ampla do sistema de *hukou* chinês ter sido sistematicamente adiada nos últimos anos, em função de suas dificuldades e implicações políticas e sociais, já há indicações práticas de uma nova fase de flexibilização do sistema.

Shanghai conta há alguns anos, com um sistema de pontuação segundo o qual o

trabalhador migrante, segundo seus vínculos com a cidade, emprego, residência fixa etc. poderia acumular pontos e solicitar a transferência de seu *hukou* da cidade natal para Shanghai. Apesar de muitos trabalhadores terem conseguido realizar a transferência do registro, o sistema ainda é considerado muito distante da realidade da maioria dos trabalhadores migrantes, pois atingir a pontuação requerida é bastante difícil. Em junho de 2010 o governo chinês estabeleceu um sistema de pontos semelhante na província de Guangdong, uma das maiores receptoras de trabalhadores migrantes e a sede de muitas plantas de investimento externo na China. O sistema é semelhante ao de Shanghai com algumas diferenças pontuais sobre os critérios para acúmulo de pontos e pontuação requerida para a obtenção do novo *hukou*. No caso específico de Guangdong, além do ímpeto urbanizador do governo central chinês, deve-se frisar o impacto da crise financeira sobre a política migratória. Além do estímulo ao consumo, como já destacado anteriormente, a pressão por aumentos salariais e melhores condições por parte da massa de trabalhadores migrantes têm crescido significativamente em Guangdong.

Esta estratégia de crescimento apoiada em grandes aglomerações urbanas e na constante complexificação e expansão dos hábitos de consumo não exerce pressões somente sobre o próprio ambiente urbano, mas também gera impactos ambientais negativos no campo, além de ser marcadamente intensiva na produção e consumo de energia.

3.2.2 – Agricultura

Como vimos, o crescimento da parcela da população vivendo em centros urbanos e, portanto, envolvidas em atividades não-agrícolas, exerce uma pressão também crescente por aumento da produtividade no campo. O desenvolvimento de fertilizantes sintéticos atende a essa necessidade. Porém, como sublinhamos no início da seção, as novas tecnologias, ao mesmo tempo em que facultam tal aumento na produtividade, também resultam, em um momento posterior, no empobrecimento do solo e na ampliação das necessidades de reposição dos nutrientes e outros elementos químicos de modo a ao menos manter o nível anterior de produtividade.

O caso da China não foge a essa tendência. Dados do anuário estatístico de 2009 mostram que, de 1978 a 2008, a área cultivada e a área irrigada no país cresceram 5% e 24,9%, respectivamente. Por sua vez, o crescimento na utilização de fertilizantes químicos

atingiu a ordem de 592% no mesmo período. O exemplo chinês, no entanto, possui dois agravantes. Em primeiro lugar, o país possui baixo potencial para expansão da área cultivável, o que só pode ser compensado por aumento adicional da produtividade. Em segundo lugar, somando-se às previsíveis necessidades de aumento da produtividade no campo há uma pressão adicional por aumento da produção, gerada pela drástica transformação dos padrões de consumo. A demanda crescente por grãos, por exemplo, é impulsionada pelo aumento no consumo de carnes, cuja taxa de conversão por grãos é alta⁹.

O imperativo pela expansão da produção, a baixa disponibilidade de terras para ampliação do cultivo e o consequente crescimento vertiginoso na utilização de fertilizantes têm criado um cenário de erosão, salinização, desertificação, compactação etc. do solo; enfim, de degradação de terras cultiváveis. Estima-se que a China perde por ano 0,33 mi de hectares de terras cultiváveis (Yin e Wang, 2000)

3.2.3 – Produção e consumo de energia

A estratégia de crescimento chinesa é fortemente dependente do consumo de energia. Do início do período de reformas até o ano de 2008, a produção de energia da China foi multiplicada por quatro, saltando de cerca de 620 milhões toneladas equivalentes de carvão (TEC) para mais de 2,6 bilhões. O consumo de energia na China cresceu de aproximadamente 571 milhões TEC para 2,85 bilhões (China Statistical Yearbook 2009). O país já não é mais capaz de produzir toda a energia que consome e da produção interna de energia, 76,7% é baseada em carvão mineral, assim como 68,7% do consumo. As importações de carvão do país triplicaram em 2009, se comparadas com 2008, chegando a 130 milhões de toneladas¹⁰. Mesmo com os esforços para a ampliação da geração de energia usando outras fontes (em especial hidroelétricas), uma mudança significativa na matriz energética chinesa não parece estar no horizonte.

A matriz energética baseada em fontes de combustível fóssil associada a tal expansão da demanda por energia aumentou, em 40 anos (1950-1990), a participação do país nas emissões globais de dióxido de carbono de 1,3% para 11% do total; um aumento de 2900% em termos absolutos (Ibid.). Em 2007 a China ultrapassou os Estados Unidos em emissão de

⁹ Taxas de conversão: 2:1 para carne de aves, 4:1 para carne suína e 7:1 para carne bovina.

¹⁰ Agência de notícias Xinhua, 10 de fevereiro de 2010.

CO₂, tornando-se o principal emissor mundial¹¹. A dependência chinesa das importações de petróleo tem crescido significativamente. De acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas chinês, entre janeiro e novembro de 2009 as importações de petróleo bruto da China atingiram uma alta recorde de 50,59%, ultrapassando o nível de advertência de 50%. Segundo o departamento, a dependência se intensificará enquanto a demanda gerada pelas campanhas de industrialização e urbanização da China e o setor de veículos mantiverem o forte crescimento. No final de 2009, Beijing atingiu a marca de 4 milhões de carros de passeio e no país inteiro foram vendidos mais de 5 milhões. Em 2009 a China ultrapassou os Estados Unidos como maior mercado de automóveis do mundo¹².

Tais tendências de aumento das emissões criam não somente sérias dificuldades para a mitigação dos gases que causam o efeito estufa, mas também se refletem na deterioração da qualidade do ar (especialmente nos grandes centros) e outros fenômenos associados a gases específicos, como a chuva ácida. A poluição atmosférica atinge as principais grandes cidades chinesas, sendo as partículas suspensas e o dióxido de enxofre os dois principais poluentes (diretamente relacionados à dependência do carvão para a geração de energia). Em 1996, a concentração de partículas no ar era 243% maior que o máximo recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Já a concentração de dióxido de enxofre era o dobro da recomendada (Ibid.). A alta concentração de dióxido de enxofre é responsável por um dos principais problemas ambientais enfrentados pela China na atualidade: a chuva ácida. A área afetada por chuvas ácidas chega a um terço do território, onde a frequência de ocorrência deste tipo de chuva chega a 80% (Ibid.).

Embora os problemas expostos até aqui não constituam a totalidade dos desafios ambientais diante da China, eles são, em nosso juízo, os principais. Os graves problemas ambientais no campo e na cidade gerados pela rápida urbanização conduzida pelo Estado colocam este processo em posição de franca contradição a qualquer projeto de sustentabilidade. No entanto, mesmo com um projeto de desenvolvimento sustentável – expresso em sua Agenda 21 local – e uma ampla capacidade de planejamento e implementação, o governo chinês optou pelo caminho do estímulo a urbanização, particularmente na costa leste do país¹³.

¹¹ Agência de notícias Reuters, 20 de junho de 2007, www.reuters.com.

¹² Agência de notícias Xinhua, 22 de fevereiro de 2010.

¹³ Não pretendemos com este comentário subscrever à ideia de que tal projeto, se levado a cabo, conduziria ao que se entende amplamente como sendo um desenvolvimento sustentável. Tal discussão está fora do escopo deste artigo. Para uma discussão mais abrangente deste tema ver Medeiros & Sá Barreto (2010).

4 – Urbanização como projeto de Estado

No relatório de trabalho apresentado no XVII Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em 2007, Hu Jintao, atual presidente da república, tratou dos elementos fundamentais para a construção do socialismo com características chinesas e as vitórias obtidas na construção de uma sociedade “moderadamente acomodada em todos os sentidos” – expressão usada pelo PCCh para se referir ao patamar de desenvolvimento buscado pelo país. Nesse relatório, ao apresentar as questões relativas ao crescimento econômico, Hu Jintao destacou a necessidade de manter o passo da industrialização com características chinesas e elevar a demanda doméstica, particularmente o consumo, e promover três transições fundamentais no processo de crescimento econômico. Primeiro, a substituição do modelo baseado em exportações e investimento por um baseado no consumo, investimento e exportações, com papel destacado para o primeiro. Segundo, a obtenção de uma relação mais equilibrada entre os três setores da economia: agricultura, indústria e serviços. Finalmente, a redução da grande dependência do consumo de recursos visando um sistema econômico baseado em avanços em ciência e tecnologia.

Esse relatório aponta as linhas mestras da política chinesa que ainda estão em vigor¹⁴. Como já destacado anteriormente, esse projeto de substituição do modelo baseado em investimentos e exportações para um baseado no consumo sofreu um forte revés com a crise econômica global que começou no final de 2007. Fica evidente que – em um país que ainda não construiu a sociedade “modestamente acomodada” projetada por seu governo, que pouco conseguiu avançar para assegurar os quatro básicos¹⁵ a toda a sua população e que tem na base da política de estímulo ao consumo um acelerado processo de urbanização – não há meio de um modelo como esse, baseado no consumo, reduzir sua elevada demanda por recursos.

Como repetido inúmeras vezes por importantes dirigentes chineses (Deng, 1987; Xue, 1981; Jiang, 2002), o XI Comitê Central do Partido Comunista da China iniciou em 1978 o trabalho de modernização socialista chinesa baseada em uma série de reformas sob o lema do socialismo de mercado. Jiang (2002: 93) sublinha que,

¹⁴ Os congressos do PCCh tem periodicidade de cinco anos.

¹⁵ Como costumam dizer os próprios chineses: alimento, vestuário, moradia e transporte.

[após] a 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, Deng Xiaoping formulou a estratégia do desenvolvimento em três passos da modernização socialista da China. O 13º Congresso Nacional do Partido Comunista da China realizado em 1987, definiu o objetivo estratégico do desenvolvimento econômico do país, com o seguinte conteúdo: ‘(...) a disposição estratégica da construção econômica de nosso país divide-se em três passos; primeiro dobrar o PIB com base no de 1980 e resolver a questão de alimentação e abrigo do povo. Esta tarefa foi fundamentalmente cumprida. Segundo, quadruplicar o PIB em fins deste século, de forma que o povo leve uma vida modestamente confortável. E terceiro, em meados do próximo século, o PIB per capita atingirá o nível dos países medianamente desenvolvidos, o povo levará uma vida relativamente abastada e a modernização será fundamentalmente concretizada’.

Este processo orientado por um Estado forte (patente no discurso de Jiang Zemin, então presidente chinês), com um projeto de longo prazo de protagonismo chinês no cenário internacional, não tem como balizadores a supressão do antagonismo entre cidade e campo ou a redução do impacto ambiental da sociedade chinesa. No entanto, de fato não poderia ter, pois o contínuo desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas chinesas, e portanto, o crescente consumo de recursos, é um imperativo para realização bem sucedida das metas de modernização supracitadas.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as condições para o capitalismo foram estabelecidas por ditaduras estatais que em muito se assemelhavam à China atual. Contavam com um Estado forte que “disciplinava” os trabalhadores, proletarizando-os e garantindo a estrutura legal correspondente ao processo de expropriação. Tudo aquilo que atualmente identifica a estrutura da democracia liberal e seu entendimento de liberdade, direito de organização sindical, liberdade de imprensa, voto universal e etc., não são características intrínsecas ao capitalismo, mas resultado de um longo e árduo processo de luta de classes (Zizek, 2008). Para Kurz (1991:57),

[os] restos do orientalismo foram destruídos e modificados com os mesmos meios estatistas da introdução de uma sociedade moderna, baseada na forma-mercadoria, que os produtos da decomposição da sociedade feudal, por parte do estatismo da modernidade ocidental primitiva.

Como sintetiza Zizek, o que poderia parecer uma anomalia, a combinação de capitalismo com um regime dirigido por um partido comunista, acabou se mostrando acertado, considerando-se o caráter modernizador das políticas adotadas, que buscavam exatamente um crescimento econômico acelerado. Esta estranha combinação não é um

obstáculo, *mas o fator fundamental para o desenvolvimento acelerado da China*. O regime de força mantido pelo PCCh é o organizador do processo. É também a chave para compreender como são mantidas sob controle as forças que buscam tanto a democracia formal liberal quanto as mobilizações das grandes massas de trabalhadores deslocadas do meio rural e exploradas em função das necessidades das empresas instaladas no extremo oriente. Zizek (2008: 55) afirma que,

[baseando-se] na tese marxista de desenvolvimento das forças de produção como fator-chave do progresso social, a principal tarefa das forças progressivas se define por criar as condições para a continuidade da rápida “modernização” – ao mesmo tempo em que evita todas as formas de instabilidade, causadas tanto pelo “esquerdismo” quanto pelo “direitismo” (democracia multipartidária, etc.) que gerarão caos e portanto frearão a velocíssima modernização. A conclusão é clara: na China de hoje apenas o papel de liderança do Partido Comunista pode manter a rápida modernização em condições de estabilidade social – o termo oficial (confucionista) e que o país vai se tornar uma “sociedade harmoniosa”.

Em síntese, por mais que os caminhos de transformação adotados pelo Estado chinês a partir de 1978 pareçam, sob uma ótica ambiental¹⁶, um terrível erro de escolha – uma aplicação equivocada de sua ampla possibilidade de planejamento e implementação –, a partir do momento que a China iniciou seu processo de modernização, forças alheias à “arbitrariedade burocrática” passaram a fazer valer, por assim dizer, seus próprios desígnios. A partir daí, a forma de condução do processo tornou-se menos uma questão de escolha e mais uma questão de “fazer o que é necessário”; necessário para a inserção bem sucedida da China como protagonista na economia mundial.

5 – Considerações finais

A acelerada urbanização chinesa é parte do processo de mudanças nas relações de produção no espaço e do avanço do projeto modernizador delineado pelos governantes chineses três décadas atrás. Juntamente com o avanço da urbanização há um incremento nas exigências da produtividade no campo e no deslocamento das massas de trabalhadores rumo ao leste, assim como o aprofundamento dos problemas ambientais no país. Os substanciais incrementos na produtividade no campo (com intensificação da degradação do solo) e a taxa

¹⁶ E especialmente a partir da perspectiva dominante que busca compatibilizar a ordem do capital com desenvolvimento sustentável.

de crescimento das cidades com ampliação em grande escala da exploração dos trabalhadores e a utilização à exaustão dos recursos naturais são o retrato do país hoje. As perspectivas, dadas as circunstâncias sócio-ambientais chinesas na atualidade, considerando os elementos apresentados nesse artigo não parecem apontar para melhoria da relação sociedade-natureza na China, mas para o acirramento do uso predatório da natureza como um dos fatores para manutenção das taxas de crescimento econômico e da necessariamente crescente produção de riqueza requerida pelo sistema capitalista.

À medida que a China se abre para o mundo e busca sua inserção na economia mundial, a busca pela eficiência econômica e pelas vantagens econômicas da aglomeração tendem a assumir cada vez mais um papel central no planejamento do governo. Por este motivo, é improvável que as atuais tendências de urbanização na China possam seguir outro tipo de orientação que não aquelas ditadas pelos requisitos da competitividade econômica e da dinâmica capitalista.

Referências

Agência de Notícias Reuters.

Agência de Notícias Xinhua.

Atlas of China, Sinomaps Press, 2008.

BATISSE, C.; BRUN, J. F.; RENARD, M. F. (2006) Globalization and the Growth of Chinese Cities. IN: WU, F. (ed.) *Globalization and the Chinese City*, Londres: Routledge, 2006.

CHINA LABOUR BULLETIN (2007) *Breaking the Impasse: Promoting Worker Involvement in the Collective Bargaining and Contracts Process*, Research Report n° 4, Hong Kong, november 2007. www.clb.org.hk.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, China Statistical Yearbook, 2009.

CHANG, L. T. (2009) *Factory girls, from village to city in a changing China*, Spiegel e Grau, New York.

CMMAD (1991) – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

DENG X. *Problemas fundamentales de la China de hoy*. Beijing: Talleres gráficos de lenguas extranjeras, 1987.

Documents of the 17th National Congress of the Communist Party of China, Foreign Languages Press, Beijing, 2007.

- ELANDER, I.; LIDSKOG, R. (2000) The Rio Declaration and Subsequent Global Initiatives. IN: LOW, N. *et al.* (eds.) *Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio declaration*, Londres: Routledge, 2000.
- FOSTER, J. B. (2009). A Failed System: the world crisis of capitalist globalization and its impact on China. *Monthly Review*, Vol. 60, No. 10, pp. 1-23.
- _____. (2005). *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.
- _____. (1999). Marx's Theory of Metabolic Rift: classical foundations for environmental sociology. *American Journal of Sociology*, Vol. 105, No. 2, pp. 366-405.
- FULIN, C. (2009) *China's Reform in the shadow of the global financial crisis*, Annual Report on Reform China Institute for Reform and Development, Foreign Languages Press, Beijing.
- _____. (2000) *Reform Determines Future of China*, Foreign Languages Press, Beijing.
- FRIEDMANN, J. (2005) *China's Urban Transition*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- GLEESON, B.; LOW, N. (2000) Cities as Consumers of the World's Environment. IN: LOW, N. *et al.* (eds.) *Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio declaration*, Londres: Routledge, 2000.
- HARVEY, A. (2009) *The China Price, the true cost of chinese competitive advantage*, Penguin Books, New York.
- JIANG, Z. (2002) *Reforma e construção da China*. Rio de Janeiro: Record.
- KURZ, R. (1993) *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise econômica mundial*, São Paulo, Paz e Terra.
- MARX, K. (1994) *O Capital: crítica da economia política – Livro I, volume 1*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1973). *Grundrisse*. London: Penguin Books.
- POSTONE, M. (2006) *Tiempo, trabajo y dominación social. Una reinterpretación de la teoría crítica de Marx*. Barcelona: Marcial Pons, 2006.
- _____. (1978) Necessity, labour and time: a reinterpretation of the marxian critique of capitalism. *Social Research* 45. Winter, 1978, pp. 739-788.
- MEDEIROS, J. L. & SÁ BARRETO, E. (2010) Lukács e Marx contra o 'ecologismo acrítico': por uma ética ambiental materialista, In: XV Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Luís, MA. *América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo*. São Paulo : Tec Arte Editora.
- White Papers of the Chinese Government, Vol.2, Foreign Languages Press, Beijing, 1999: Compiled by Information Office of the State Council of the People's Republic of China

WU, F. *et al.* (2007a) *Urban Development in Post-Reform China*, Londres: Routledge.

WU, F. (2007b) Beyond Gradualism: China's urban revolution and emerging cities. IN: WU, F. (ed.) *China's Emerging Cities: the making of new urbanism*, Londres, Routledge, 2007.

XUE, M. (1981) *China's Socialist Economy*. Beijing, Foreign Language Press.

YIN, Y.; WANG, M. (2000) China's Urban Environmental Sustainability in a Global Context. IN: LOW, N. *et al.* (eds.) *Consuming cities: the urban environment in the global economy after the Rio declaration*, Londres: Routledge, 2000.

ZIZEK, S. (2008) A Utopia Liberal, In *Margem Esquerda*, n. 12, São Paulo, Boitempo Editorial.